

1) Estudando a Lei das Contravenções Penais verificamos que a aplicação prática da regra contida na figura do erro na execução ("aberratio ictus"), prevista no artigo 73 do Código Penal:

- A) poderá ocorrer nas infrações contra a pessoa.
- B) nela ocorre como "erro de direito".
- C) nela aparece no rol das discriminantes putativas.
- D) não tem qualquer incidência nessa legislação.

2) Aquele que mata alguém "sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima" incidirá, na ausência de outras circunstâncias, no crime de homicídio doloso praticado na sua forma:

- A) simples, servindo a "violenta emoção" nas condições acima como uma agravante genérica.
- B) qualificada.
- C) privilegiada.
- D) simples, servindo a "violenta emoção" nas condições acima como uma atenuante genérica.

3) Como sabemos, nos artigos 69, 70 e 71 do Código Penal estão descritos os três tipos de concurso de crimes (material, formal e crime continuado). Estudando a Lei das Contravenções Penais e dentro desse mesmo tema verificamos que nela:

- A) existe a possibilidade de ocorrência apenas do concurso material.
- B) existe a possibilidade da ocorrência dos três tipos de concurso acima citados observando-se, porém, que o terceiro é denominado de "contravenção continuada".
- C) não existe a possibilidade da ocorrência de qualquer das formas de concurso já que elas são cabíveis apenas aos crimes e não às contravenções penais.
- D) existe a possibilidade da ocorrência dos três tipos de concurso constantes no enunciado da questão, observando-se, porém, que o terceiro é denominado de "contravenção habitual".

4) O artigo 357 do Código Penal que tipifica o crime de Exploração de Prestígio, caracterizado por "Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário da justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha":

- A) foi revogado recentemente passando a denominar-se "Tráfico de Influência", recebendo, inclusive, nova redação.
- B) tem o seu texto em vigor e com a mesma redação acima, apenas sendo alterado o seu título que passou a ser o de "Tráfico de Influência".
- C) está normalmente em vigor sem alteração no seu texto e no seu título.
- D) foi revogado recentemente passando a denominar-se "Tráfico de Prestígio" recebendo, inclusive, nova redação.

5) A pena privativa de liberdade numa sentença condenatória com trânsito em julgado para o Ministério Público e com apelação da defesa:

- A) servirá como parâmetro para o cálculo da prescrição retroativa visto a impossibilidade da "reformatio in pejus".
- B) servirá como parâmetro para o cálculo da prescrição superveniente ou intercorrente.
- C) não poderá servir como parâmetro de cálculo para qualquer tipo de prescrição em face da ausência do trânsito em julgado.
- D) servirá como parâmetro para o cálculo da chamada e contestada "prescrição antecipada".

6) Nos chamados crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles:

- A) não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- B) não se estende ao outro, mas exclui o aumento de pena pela conexão.
- C) estende-se ao outro, mas este não terá sua culpabilidade extinta, ocorrendo, porém, a extinção da culpabilidade do agente.
- D) estende-se ao outro que, portanto, terá também sua punibilidade extinta.

7) Os artigos que tipificam os chamados Crimes Contra a Propriedade Intelectual previstos no nosso Código Penal:

- A) foram revogados pelo atual Código de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) que passou a disciplinar aqueles delitos.
- B) estão normalmente em vigor com sua atual redação.
- C) foram revogados pelo atual Código de Propriedade Industrial (Decreto-Lei nº 7.903/45).
- D) continuam tratados em nosso Código Penal, mas a sua redação foi recentemente alterada pelo novo Código de Propriedade Intelectual (Lei nº 9.279/96).

8) Analisando o nosso Código Penal, verifica-se, dentro do tema " do tempo do crime ", que a teoria do resultado:

- A) excepciona a teoria da ubiqüidade.
- B) é mero sinônimo da teoria da atividade.
- C) excepciona a teoria da atividade.
- D) não foi adotada nesse mandamento legal.

9) Analise a seguinte frase: "a depender da pena cominada para determinados crimes tipificados em nosso Código Penal é possível saber-se, antecipadamente, em quantos anos ocorrerá a sua prescrição, independente do tipo dessa causa de extinção da punibilidade". Essa frase está:

- A) equivocada, já que apenas a prescrição superveniente ou intercorrente pode ser calculada pela pena "in abstrato".
- B) equivocada, já que com exceção da prescrição da pretensão executória e a retroativa, os demais tipos de prescrição têm parâmetro diverso para o seu cálculo.
- C) correta.
- D) equivocada, já que cada tipo de prescrição tem um parâmetro diverso para o seu cálculo.

10) Como sabemos, a artigo 51 do Código Penal que tratava das hipóteses da conversão da pena de multa, quando não paga, em pena de detenção, foi recentemente alterado pela Lei n. 9.268/96. A nova redação estabelece novas regras sobre o assunto:

- A) tratando ainda da prescrição, mas somente no que concerne às suas causas interruptivas.
- B) tratando ainda da prescrição inclusive no que concerne às suas causas interruptivas e suspensivas.
- C) tratando ainda da prescrição acrescentando apenas as hipóteses das causas suspensivas.
- D) afirmando que a multa será considerada dívida de valor aplicando-se-lhes as normas relativas à dívida da Fazenda Pública, nada mencionando sobre prescrição.

11) Nos processos de competência do Tribunal do Júri, finda a instrução criminal, e apresentadas as alegações finais pelas partes, se o juiz se convencer da inexistência de indícios suficientes de autoria deve:

- A) determinar novas diligências.
- B) abrir vista ao Ministério Público.
- C) absolver sumariamente o réu.
- D) impronunciar o réu.

12) As nulidades ocorridas depois da pronúncia deverão ser argüidas:

- A) logo após sua constatação.
- B) logo após o sorteio dos jurados.
- C) nos prazos do art. 406 do C.P.P.
- D) logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes.

13) É entendimento pacífico de nossos Tribunais:

- A) a falta ou ausência de defesa não anula o processo se não demonstrado o prejuízo para o réu.
- B) a defesa deficiente anula o processo, independentemente de demonstração de prejuízo para o réu.
- C) a falta ou ausência de defesa é causa de nulidade absoluta.
- D) a defesa apresentada somente por defensor dativo constitui causa de nulidade.

14) A prorrogação de competência voluntária ocorre:

- A) nas hipóteses de conexão ou continência.
- B) quando os atos processuais não se realizam no foro originalmente competente.
- C) nos casos de jurisdição especiais.
- D) nos casos de ação exclusivamente privada, quando o querelante pode optar pelo foro do domicílio do réu ao invés do foro do local da infração.

15) No que concerne à ação pública incondicionada, o princípio da intranscendência significa que:

- A) a ação penal só pode ser intentada contra a pessoa a quem se imputa a prática do delito.
- B) sem a representação do ofendido não se pode dar início a persecução penal.
- C) oferecida a ação penal, o Ministério Público dela não pode desistir.
- D) os encargos da persecução penal devem agir independentemente de provocação.

16) É (São) pressuposto(s) de natureza subjetiva a ser(em) observado(s) pelo juiz para a concessão de liberdade provisória ao agente em caso de prisão em flagrante:

- A) a primariedade e os bons antecedentes.
- B) a gravidade e a repercussão social do delito.
- C) a afiançabilidade da infração.
- D) a inocorrência de qualquer das hipóteses que caracterizam a prisão em flagrante.

17) A falta de despacho do juiz por ocasião do recebimento do libelo acarreta:

- A) nulidade.
- B) necessidade de oferecimento de novo libelo.
- C) impedimento do réu ser levado a julgamento.
- D) a circunstância é irrelevante.

18) A Lei nº 9.099/95 prevê a possibilidade da suspensão condicional do processo para os crimes em que:

- A) a pena máxima cominada for igual ou inferior a dois anos.
- B) a pena máxima cominada for inferior a dois anos.
- C) a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.
- D) a pena máxima cominada for inferior a um ano.

19) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado:

- A) o processo ficará suspenso até ocorrência da prescrição.
- B) o processo seguirá, ficando suspenso o prazo prescricional.
- C) o processo seguirá à revelia do acusado.
- D) o processo e o curso do prazo prescricional ficarão suspensos.

20) Nos procedimentos do júri pode ser realizado o julgamento do réu à sua revelia e sem a sua presença:

- A) somente na hipótese de crimes hediondos.
- B) na hipótese de crime afiançável e de ausência injustificada do réu.
- C) na hipótese de crimes inafiançáveis, com a concordância das partes.
- D) na hipótese de crime inafiançável e de ausência injustificada do réu.

21) Na vigência do Estado de Defesa só poderá ser tomada, contra pessoa, a medida seguinte:

- A) obrigação de permanência em localidade determinada.
- B) aplicação da pena de morte.
- C) prisão não superior a dez dias, vedada a incomunicabilidade do preso.
- D) busca e apreensão em domicílio.

22) A Constituição Federal estabelece que o Prefeito deve ser julgado:

- A) pelo Juiz de Direito da comarca respectiva.
- B) pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- C) pelo Superior Tribunal de Justiça.
- D) pela Assembléia Legislativa.

23) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

- A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- B) conhecer o veto presidencial e sobre ele deliberar.
- C) discutir e votar sobre a cassação de mandato parlamentar.
- D) aprovar a escolha do Procurador Geral da República.

24) A Constituição Federal determina que a lei adote, entre outras, as seguintes penas:

- A) privação de liberdade, multa, morte.
- B) privação de liberdade, banimento, perda de bens.
- C) reclusão, detenção, prisão perpétua.
- D) interdição de direitos, prestação social alternativa, perda de bens.

25) Ao dispor sobre os direitos sociais, a Constituição Federal:

- A) estabelece para os trabalhadores avulsos contratados os mesmos direitos que possuem os domésticos.
- B) proíbe o trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de dezesseis anos.
- C) considera a indenização por acidente de trabalho como responsabilidade do empregador, a título de dolo.
- D) prescreve assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores, desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

26) Aos servidores da administração pública direta do Estado, a lei assegurará isonomia de vencimentos:

- A) com servidores do Poder Legislativo.
- B) com servidores do Poder Judiciário.
- C) para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder.
- D) com servidores das autarquias e fundações, instituídas e mantidas pelo Estado.

27) No Estado de São Paulo, é(são) espaço(s) territorial(is) especialmente protegido(s), cuja utilização far-se-á na forma da lei:

- A) os entroncamentos rodoviários.
- B) a zona costeira.
- C) os vales dos rios Paranaíba, Mogi-Guaçu e Pardo.
- D) os picos do Jaraguá e Itapeva, situados respectivamente nos municípios de São Paulo e Campos do Jordão.

28) A faculdade de iniciativa das leis complementares federais é reconhecida:

- A) ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, em matéria de direito processual.
- B) a um terço dos integrantes do Congresso Nacional.
- C) aos Ministros de Estado, relativamente a matérias vinculadas às respectivas áreas de atuação.
- D) a qualquer membro ou comissão do Congresso Nacional.

29) A Constituição do Estado de São Paulo poderá ser emendada mediante proposta:

- A) do Presidente da Assembléia Legislativa.
- B) de mais de um quarto das Câmaras Municipais do Estado.
- C) de um terço, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa.
- D) de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por cinco por cento dos eleitores.

30) Caberá ao Presidente da República decretar o Estado de Defesa, com a finalidade de preservar a ordem pública. Essa medida depende:

- A) de prévia aprovação do Conselho da República.
- B) de prévia audição do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- C) de posterior aprovação pelo Conselho de Defesa Nacional.
- D) da exclusiva decisão do Presidente da República.

31) O poder de polícia tem como meios de atuação:

- A) atos normativos, atos complexos e atos de conduta.
- B) atos concretos, atos perfeitos e atos de conduta.
- C) atos normativos, atos concretos e atos de fiscalização.
- D) atos impositivos, atos condicionados e atos formais.

32) O administrador lesado por ato de servidor público no exercício da função pública deverá ajuizar ação de ressarcimento contra:

- A) o órgão público onde está lotado o servidor.
- B) o Chefe do Poder ao qual está subordinado o servidor.
- C) a pessoa jurídica de direito público à qual pertence o servidor.
- D) o próprio servidor, diretamente.

33) São formas de vacância dos cargos públicos:

- A) morte, aposentadoria, demissão, disponibilidade e readaptação.
- B) morte, aposentadoria, demissão e exoneração.
- C) morte, disponibilidade, exoneração e remoção.
- D) aposentadoria, demissão, exoneração e readaptação.

34) Dá-se a figura da substituição processual:

- A) na ação popular.
- B) no mandado de segurança coletivo.
- C) no "habeas data".
- D) no mandado de injunção.

35) Na licitação, o princípio da competitividade:

- A) proíbe conluíus entre os participantes.
- B) vincula o procedimento ao edital.
- C) reporta-se à adjudicação compulsória ao vencedor.
- D) exige a pré-qualificação dos licitantes.

36) O dever de licitar obriga:

- A) somente a administração direta, as autarquias e as fundações públicas.
- B) a administração direta e indireta.
- C) a administração direta e indireta, excluídas desta as entidades de direito privado.
- D) somente as pessoas jurídicas de direito público.

37) Na hipótese de conduta omissiva de autoridade pública em face de petição não decidida no prazo fixado pela lei, é correto dizer que o prazo de 120 dias para que o interessado impetre mandado de segurança:

- A) seja contado a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo fixado pela aludida lei.
- B) seja contado desde a data da protocolização da petição não decidida.
- C) seja contado a partir da data em que foi negado provimento a eventual recurso interposto ao superior hierárquico da autoridade omissa.
- D) protraí-se no tempo, podendo ser impetrado a qualquer momento, visto ser caso de omissão.

38) São pressupostos para a impetração de mandado de injunção:

- A) falta de norma regulamentadora e exaustão das vias administrativas.
- B) exaustão das vias administrativas e ser o autor beneficiário direto do direito pretendido.
- C) falta de norma regulamentadora e ser o autor beneficiário direto da liberdade pretendida.
- D) falta de norma regulamentadora e prévia notificação judicial do Poder omissor.

39) "Remeter ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, os processos que instaurar, quando entender configurada infração da ordem econômica" é competência:

- A) da Secretaria de Direito Econômico.
- B) do PROCON.
- C) do DECON.
- D) da SUNAB.

40) Quem contrata com a Administração Pública está impossibilitado de invocar a "exceção do contrato não cumprido" (art.1.092 do Código Civil). Essa vedação decorre do princípio:

- A) da discricionariedade.
- B) da excepcionalidade.
- C) da imprevisão.
- D) da continuidade do serviço público.

41) A ordem jurídica brasileira:

- A) admite a escusa de cumprimento da lei por desconhecimento.
- B) presume o conhecimento da lei por todos, não admitindo a alegação de seu desconhecimento para descumpri-la.
- C) sempre admite a alegação de erro de direito para os analfabetos.
- D) presume o conhecimento da lei por analfabetos, salvo prova em contrário.

42) A personalidade civil do homem, em nosso direito, tem início:

- A) desde a concepção, visto que são resguardados os direitos do nascituro.
- B) a partir dos 21 anos de idade.
- C) desde o nascimento com vida.
- D) desde a aquisição da capacidade.

43) Quanto aos vícios de consentimento, podemos afirmar que:

- A) qualquer erro de fato vicia o negócio jurídico.
- B) a coação sempre vicia o ato jurídico.
- C) sempre que o agente agir com dolo o ato jurídico estará viciado.
- D) o erro precisa ser substancial para viciar o ato jurídico.

44) A inobservância da forma dos atos jurídicos prevista em lei tem como consequência:

- A) a possibilidade de ratificação do ato jurídico.
- B) a possibilidade de retificação do ato jurídico.
- C) a anulabilidade do ato jurídico.
- D) a nulidade do ato jurídico.

45) Não é verdade que o ato jurídico:

- A) é nulo quando praticado por absolutamente incapaz.
- B) é anulável quando praticado por relativamente incapaz.
- C) é apenas anulável quando praticado por absolutamente incapaz.
- D) é nulo quando for ilícito o seu objeto.

46) Sobre prescrição e decadência, podemos afirmar que:

- 1) a mora é o fenômeno típico do início do fluxo do prazo prescricional;**
- 2) a prescrição extingue o direito de ação;**
- 3) na decadência direito e ação nascem juntos;**
- 4) é possível ocorrer a suspensão do prazo prescricional;**

Das proposições supra:

- A) a primeira está incorreta e as demais corretas.
- B) todas estão corretas.
- C) apenas a terceira e a quarta estão corretas.
- D) apenas a segunda e a quarta estão corretas.

47) A emancipação faz cessar a incapacidade do menor:

- A) que tiver 18 anos cumpridos.
- B) que tiver 16 anos cumpridos.
- C) se mulher aos 18; se homem aos 16 anos cumpridos.
- D) se mulher aos 16; se homem aos 18 anos cumpridos.

48) A legítima defesa da posse:

- A) pode dar-se a qualquer tempo.
- B) pode dar-se com todos os meios de que se possa dispor.
- C) pode dar-se apenas no caso de turbação.
- D) todas as alternativas estão erradas.

49) Uma das afirmações abaixo não é verdadeira.

- A) mútuo é o empréstimo de coisas fungíveis.
- B) o depósito necessário presume-se gratuito.
- C) comodato é o empréstimo de coisas não fungíveis.
- D) é gratuito o contrato de depósito voluntário, salvo gratificação estipulada.

50) Arras:

- A) podem ser confirmatórias e redibitórias.
- B) podem ser penitenciais e confirmatórias.
- C) podem ser redibitórias e penitenciais.
- D) são espécies de cláusula penal.

51) Por não ser sinal decorrente de afogamento verdadeiro, pode ser encontrado(a) em cadáver de "afogado branco" (morte inibitória):

- A) a cianose.
- B) a maceração da pele.
- C) o sinal de Paltauf.
- D) a espuma das vias aéreas.

52) Ao exame do cadáver, o médico legista constatou, entre outros sinais, fratura do osso hióide. A sua primeira e mais forte hipótese é de que a vítima sofreu:

- A) queda accidental.
- B) massagem cardíaca externa.
- C) asfixia.
- D) fratura espontânea por osteoporose senil.

53) Escoriação, equimose, edema e hematoma são sinais muito freqüentes em ferimentos contusos.

Destes, não são produzidos por rotura de vasos sangüíneos e conseqüente hemorragia:

- A) escoriação e equimose.
- B) equimose e edema.
- C) edema e hematoma.
- D) escoriação e edema.

54) Moderadores farmacológicos de apetite, que abolem a sensação de fome, são, na maior parte dos casos:

- A) drogas psicodélicas.
- B) drogas psicoanalépticas.
- C) drogas psicodislépticas.
- D) hormônios de emagrecimento.

55) A cianose, sinal importantíssimo para caracterização de asfixia, é causada por:

- A) concentração anormalmente elevada de gás carbônico no sangue.
- B) ausência de oxigênio no sangue.
- C) interrupção da circulação sangüínea na cabeça.
- D) acúmulo de monóxido de carbono no sangue.

56) Um indivíduo morreu por asfixia ao ser deixado de pé dentro de uma cova vertical, cheia de areia, embora sua cabeça permanecesse completamente exposta ao ar. Pode-se dizer que ocorreu:

- A) um soterramento.
- B) um confinamento.
- C) uma sufocação indireta.
- D) uma sufocação direta.

57) Ferimento inciso profundo na região interior do pescoço da vítima caracteriza:

- A) esgorja.
- B) degola.
- C) decapitação.
- D) decepamento.

58) O espectro equimótico deve ser levado em consideração, pelo perito, na avaliação da:

- A) extensão da equimose.
- B) idade da equimose.
- C) profundidade da equimose.
- D) gravidade da equimose.

59) Indivíduos eletrocutados, com certa frequência, sofrem asfixia por:

- A) sufocação direta.
- B) sufocação indireta.
- C) inativação do tronco encefálico (bulbo).
- D) fibrilação cardíaca.

60) O estado puerperal, circunstância elementar do crime de infanticídio:

- A) costuma perdurar cerca de 40 dias.
- B) geralmente não é constatado através de perícia.
- C) é um surto de psicose puerperal.
- D) suprime inteiramente por algum tempo, a capacidade de entendimento da mãe.

61) O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, admite expressamente que sejam impostas restrições legais ao exercício do direito de greve aos:

- A) empregados em geral.
- B) profissionais da área de saúde e transporte.
- C) responsáveis por atividades educacionais e agrícolas.
- D) membros das Forças Armadas, da Polícia ou da Administração Pública.

62) Pela Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), ratificada pelo Brasil, o direito à vida deve ser protegido pela lei desde:

- A) o nascimento.
- B) a concepção.
- C) a comprovação da viabilidade do feto.
- D) o término da fase embrionária.

63) As Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, ao tratar da disciplina, veda incondicionalmente a aplicação da sanção de:

- A) isolamento.
- B) visita íntima.
- C) encerramento em cela escura.
- D) admoestação disciplinar.

64) Qual a natureza jurídica da Declaração Universal de 1948, que constitui um dos documentos mais importantes em toda a história dos direitos humanos?

- A) Convenção Internacional.
- B) Tratado Internacional.
- C) Pacto das Nações Unidas.
- D) Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas.

65) Um tratado internacional de direitos humanos cria obrigações para o Brasil a partir da :

- A) ratificação do tratado pelo Congresso Nacional.
- B) assinatura do tratado pelo Presidente da República.
- C) ratificação do tratado pelo Ministério das Relações Exteriores.
- D) ratificação do tratado pelo Supremo Tribunal Federal.

66) Os direitos humanos são indissociáveis porque:

- A) a ratificação de um tratado de direitos humanos impõe a ratificação dos demais tratados da mesma natureza.
- B) ao ratificar um tratado de direitos humanos, o Estado não pode fazer qualquer reserva aos direitos de primeira e segunda geração.
- C) há uma dependência recíproca entre as diversas gerações de direitos, não existindo qualquer hierarquia entre elas.
- D) uma vez ratificado um tratado, o Estado não mais pode voltar atrás.

67) Após decretada a sua prisão temporária por um Juiz de Direito, o suspeito de latrocínio é mantido numa cela escura, sem água e alimentação, para que confesse o crime:

- A) a autoridade policial que determinou a conduta pode ser responsabilizada por tortura, conforme a legislação brasileira.
- B) a autoridade policial que determinou essa conduta agiu de forma legal, visto que a prisão temporária do suspeito foi decretada por um Juiz de Direito.
- C) a autoridade policial pode atribuir ao juiz a co-responsabilidade pela conduta.
- D) trata-se de conduta regular, em razão da natureza da prisão temporária.

68) Um Delegado de Polícia, em face da solicitação de visita à carceragem de Distrito Policial do qual é titular, por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos:

- A) não autoriza a visita, pois seria admitir uma invasão na esfera da soberania nacional.
- B) apenas autoriza caso os membros da Comissão apresentem permissão do Supremo Tribunal Federal.
- C) por ser o Brasil parte da Comissão Americana de Direito Humanos, permitiria a entrada dos membros da Comissão.
- D) apenas permitiria a visita caso os membros da Comissão apresentassem autorização da Comissão de Relação Exteriores do Senado Federal.

69) Após uma onda de seqüestros, muitos com resultado morte, o legislador brasileiro resolve adotar a pena de morte para os seus autores. A regra é:

- A) legítima em vista da gravidade dos crimes praticados.
- B) legítima pois simplesmente amplia as hipóteses pena de morte já contidas na Constituição de 1988.
- C) ilegítima em face do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966.
- D) ilegítima em face da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.

70) Nas suas relações internacionais, o Brasil é regido pelos princípios :

- A) da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da discriminação relativa.
- B) da prevalência dos direitos humanos, da não-intervenção, da autodeterminação dos povos.
- C) da razoabilidade, da publicidade, da indivisibilidade.
- D) da autodeterminação dos povos, da independência nacional, da impessoalidade.

Gabarito

1-A 2-D 3-B 4-C 5-B 6-A 7-B 8-C 9-C 10-B 11-D 12-D 13-C 14-D 15-A 16-D 17-D 18-C 19-D 20-B 21-C 22-B 23-B 24-D 25-D 26-C 27-B 28-D 29-C 30-B 31-C 32-C 33-B 34-B 35-A 36-B 37-A 38-C 39-A 40-D 41-B 42-C 43-D 44-D 45-C 46-B 47-A 48-D 49-B 50-B 51-B 52-C 53-D 54-B 55-A 56-C 57-A 58-B 59-B 60-B 61-D 62-B 63-C 64-D 65-A 66-C 67-A 68-C 69-D 70-B